



CONTRIBUTO

QSiGA do 2.º Ciclo de Planeamento

Consulta pública

→ ***Período de consulta de 17 de Novembro de 2014 a 17 de Maio de 2015 decorrente da segunda fase do 2.º ciclo de planeamento, com a disponibilização para das Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA) para as oito Regiões Hidrográficas de Portugal Continental e simultaneamente foram disponibilizados os relatórios relativos à Caracterização das Regiões Hidrográficas (artigo 5º da DQA).***

No âmbito da presente consulta, a FENAREG envia o presente contributo. Este complementa os pontos já identificados no âmbito da consulta realizada na 55.ª reunião do Conselho Nacional da Água, acerca dos instrumentos de planeamento dos recursos hídricos – Plano Nacional da Água e Planos de Gestão dos Recursos Hídricos.

AUSÊNCIA DE UM PLANO NACIONAL DO REGADIO

A apresentação refere que “não existe Plano Nacional de Regadios que vincule o Estado Português”... No entanto existe um conjunto de “projectos de extensão do regadio” que deve ser considerado.

A FENAREG tem vindo a alertar o facto de Portugal não ter um Plano Nacional de Regadio (PNR), criando a base de planeamento para a sustentabilidade, competitividade e eficiência que propomos atingir no nosso regadio. Falta notada e identificada na apresentação no CNA, no desenvolvimento do PNA e PGRH, bem como nos documentos disponibilizados no âmbito da presente consulta.

A inexistência de um Plano impõe graves restrições, não só a nível nacional mas também internacional, no caso das bacias hidrográficas transnacionais.

Num futuro próximo, o desafio a que a agricultura tem que responder, tornar-se-á ainda mais complexo: o crescimento populacional previsto pressupõe que a agricultura produza mais 50% em 2030 e mais 70% em 2050. Desafio que só se pode conseguir em regadio devido ao seu efeito multiplicador: 1 hectare de regadio produz 5 a 6 vezes mais do que 1 hectare de sequeiro. Ou em alternativa, para responder a este aumento de necessidade de alimentos, teríamos de ter mais território, em detrimento de áreas de floresta e/ou áreas naturais.

Por estas e outras razões, Portugal necessita traçar uma estratégia nacional, deixando de parte medidas avulsas que em nada credibilizam o País e que não são solução mas apenas remedeiam o sector. Devemos e necessitamos concretizar, o mais rapidamente possível, o nosso Plano Nacional do Regadio, de definir a estratégia de actuação e criar uma base de planeamento para a sustentabilidade, competitividade e eficiência do sector. Não podemos

continuar a correr o risco de, nomeadamente nas bacias hidrologicas internacionais, condicionantes hidrologicas influenciarem ainda mais o desenvolvimento e a sustentabilidade do nosso regadio, por falta da definicao de um PNR.

É necessario que este PNR seja coordenado com os restantes instrumentos de planeamento, como o caso do PNA e PGRH's, com coordenação efectiva entre Organismos dos Ministerios - DGADR e APA - e com a devida participacao das organizacoes representativas dos utilizadores do sector e do Conselho Nacional do Regadio

Não podemos considerar a Estrategia para o Regadio Público 2014-2020, que determina apenas uma actuacao para o horizonte temporal 2020 e através de, documento que não foi sujeito a consulta ou sequer ainda apresentado, mas que não irá além de uma listagem de investimentos do Estado em infra-estruturas de rega colectivas, a realizar até 2020 recorrendo ao apoio do PDR.

Portugal necessita estabelecer uma estrategia de actuacao para o regadio, não só público, nem apenas para o horizonte 2020, mas para além dessa data, com um verdadeiro instrumento de politica para o sector.

Não podemos continuar a investir em infra-estruturas avulsas, investimentos que acabam por depender dos politicos e não das politicas. Necessitamos verdadeiramente analisar e planear o nosso regadio: definir objectivos e quais os meios para os atingir, onde, quando e quanto é necessario investir e que sirva de base para os outros instrumentos de planeamento nos temas que lhe estão directamente ligados, como a água, a energia, as alteracoes climáticas, a desertificacao, os fenomenos atmosféricos extremos, etc.

CONDICIONANTES DOS PGRH AOS INVESTIMENTOS EM REGADIO

O Regulamento FEADER (UE) n.º 1305/2013 impõe um conjunto de condicionantes aos investimentos em regadio que resultam da DQA - Directiva Quadro da Água, nomeadamente dos PGRH – Planos de Gestao dos Recursos Hídricos e que devem ser ultrapassadas na 2.ª geracao dos planos e que a seguir se referem:

Classificacao quantitativa das massas de água (superficiais)

Os PGRH actuais não contemplaram a classificacao do estado das massas superficiais em termos quantitativos – apenas qualitativos – contrariamente ao que acontece para as nossas águas subterraneas. Este facto – de cumprimento ou não desta classificacao – condiciona os investimentos em regadio no âmbito do PDR2020 – Programa de Desenvolvimento Rural para 2014-2020) e que devem ser ultrapassadas no desenvolvimento da 2.ª geracao dos planos.

O Regulamento (UE) n. 1305:

“Se o investimento (em regadio já existente ou novas áreas) afectar massas de água subterraneas ou superficiais cujo estado foi identificado como inferior a bom no PGRH respectivo, por motivos ligados à quantidade de água (...) O investimento terá de assegurar uma reducao efectiva do consumo de água de pelo menos 50 % da poupança de água potencial”

No actual texto do PDR2020 lê-se (pag. 121):

“A afericao de problemas de natureza quantitativa, subjacentes ao estado ecológico no caso de massas de água superficiais, ocorrerá no âmbito do processo de licenciamento, bem como para as águas subterraneas”

“Na ausência de classificação do estado das massas de água será efectuada uma análise específica pelas Autoridades Competentes, sem prejuízo de, até obtenção da mesma, poderem ser impostos os requisitos aos investimentos em massas de água classificadas como inferior a bom em termos de quantidade, previstos no Artigo 46 do 1305/2013”

Ampliação de regadios e novas áreas

Para o horizonte temporal em causa, deve ser realizado o exercício de avaliação nos PGRH quanto ao potencial de ampliação dos regadios existentes e da integração de novas áreas e. Por exemplo, novas áreas são permitidas por derrogação do Regulamento (UE) n.º 1305 em caso de massa de água com estado “quantitativo” inferior a bom, se e só se: o reservatório existente estiver aprovado pelas autoridades competentes antes de 31 de Outubro de 2013, estiver assinalado no PGRH em causa, esteja monitorizado de acordo com a DGQ, tenha definido um limite de captações total e um nível mínimo de fluxo.

Eficiência e redução de uso de água

O Regulamento (UE) n.º 1305 estabelece um limite mínimo do aumento de eficiência de uso da água entre 5 e 25% e casos específicos de redução efectiva do uso de água de pelo menos 50% do potencial de economia de água possibilitada pelo próprio investimento.

No âmbito dos PGRH e PNA deve ser feito o exercício de análise da sua racionalidade e de aplicabilidade ao caso nacional podendo ser matérias que venham a limitar os apoios ao investimento no regadio, por ser de difícil aplicação prática.

REVISÃO DOS COEFICIENTES DE ESCASSEZ

No âmbito da TRH - Taxa de Recursos Hídricos, Portugal aplica coeficientes de escassez teóricos e fixos por conjuntos de bacias hidrográficas, não tendo em conta o estado hidrológico real da bacia, ou da sub-bacia, penalizando assim os utilizadores.

Os coeficientes de escassez poderão vir a ser aplicados ao nível da sub-bacia, quando a delimitação destas estiver feita, conforme está previsto acontecer no âmbito dos PGRH e fixado na legislação (Lei 82-D/2014 de 31 de Dezembro – A Reforma da Fiscalidade Ambiental, art.º 17):

“Quando estiver feita a delimitação de sub-bacias hidrográficas, nomeadamente no quadro dos planos de gestão de bacia hidrográfica, pode determinar-se a aplicação de coeficientes de escassez diferenciados a cada uma delas, devendo esses coeficientes variar entre 1 e 1,5, nos termos a fixar em portaria a aprovar pelo membro do Governo responsável pela área do ambiente”

A aplicação à sub-bacia manteve-se no âmbito das alterações introduzidas pela reforma da fiscalidade ambiental (verde) e condicionada à delimitação das sub-. Foi ainda introduzido o agravamento da penalização do coeficiente da TRH até 50% (antes até 20%) sem qualquer base racional. Quanto à revisão anual do coeficiente, de acordo com a situação hidrológica não foi atendida na versão final da reforma, apesar de constar da proposta da Comissão da Reforma e dos contributos de vários sectores, continuando assim a aplicar-se à TRH um coeficiente de escassez de forma cega, arbitrária e totalmente desfasada da realidade hidrológica.

ÁGUA E ENERGIA

Na última década o sector aumentou a produtividade económica da água em mais de 30%. Os sistemas de regadio têm registado uma evolução notória em termos de reabilitação e modernização, com a quebra nas últimas décadas para cerca de 50% dos consumos unitários por hectare regado, respondendo actualmente a elevados padrões de utilização de água e que exigiu o recurso a fontes de energia, aumentando exponencialmente o consumo de energia no uso da água, chegando a representar 75% dos seu custo.

O grau combinado de consumo de água e de energia deve estar na base do planeamento da modernização dos nossos sistemas de transporte e distribuição de água para rega. Qualquer transformação hidráulica relacionada com o aumento do uso eficiente da água deve ter em conta o nível do consumo energético, para garantia da sustentabilidade da exploração.

As principais questões que devem ser colocadas, quer no âmbito dos PGRH's, quer do PNA e outros instrumentos de Planeamento, devem ser:

- A que nível de eficiência de uso da água pretendemos chegar?
- Com que consumo de energia?

Num Ministério que junta Água e Energia, esta matéria deve estar simplificada, ainda mais que Portugal não é deficitário em água mas sim é deficitário em energia, área em que existe potencial de melhoria de eficiência.

Qualquer medida dos PGRH ou PNA de aumento da eficiência do uso da água deve ser acompanhada de uma análise económica que contrabalance essas propostas com o consumo de energia.

ANÁLISE ECONÓMICA

Análise económica dos usos agrícolas da água e Recuperação de custos dos serviços da água à agricultura, são matérias que devem ser analisadas com ponderação, nomeadamente no que concerne aos custos energéticos.

Por outro lado, devem também ser tomado em conta os **Serviços Ambientais da Agricultura**, em que até agora não se encontrou forma de os remunerar, como por exemplo, a reutilização de água residual tratada (tema que deve ser potenciado através dos PGRH e PNA), a adaptação às alterações climáticas, o controlo de cheias, a mitigação de secas, etc.

ESTRUTURAS DE PARTICIPAÇÃO DOS UTILIZADORES

Na participação dos utilizadores, nomeadamente através dos Conselhos de Região Hidrográfica, é de lamentar que estes apenas funcionam durante os períodos de desenvolvimento dos PGRH, por imposição da Comissão Europeia, tendo estado inoperacionais nos últimos 4 a 5 anos.

Outras estruturas de participação dos utilizadores, como as Associações de Utilizadores do Domínio Público Hídrico (DL 348/2007), figura jurídica também ela criada à luz da nova Lei da Água e das orientações da DQA – Directiva-Quadro da Água, assente no princípio da participação e delegação de competências nos utilizadores, em todos estes anos, apesar das intenções apresentadas, não houve por parte do Ministério do Ambiente reconhecimento de uma única associação deste tipo.

Também ao nível dos Empreendimentos de Fins Múltiplos, não foi criada uma única Associação de Utilizadores, apesar da sua importância na participação vinculativa dos utilizadores na gestão destes empreendimentos hidráulicos, nomeadamente nos empreendimentos de Alqueva e do Mondego, este último até sujeito a recomendação da Assembleia da República.

TÍTULOS DE UTILIZAÇÃO EM CONFLITO

No âmbito da emissão de Títulos de Utilização devem ser acauteladas situações de conflito de uso, como é o caso do está a acontecer na albufeira do Roxo, que devido à emissão de título para captação de uso urbano num Aproveitamento Hidroagrícola, sem consulta prévia à já concessionária do título para rega, foi gerado um conflito que se arrasta nos tribunais, com prejuízos avultados para os utilizadores da Obra de Rega do Roxo. Infelizmente esta situação não é caso único.

Reconhecendo o(s) Plano(s) "alteração das condições de títulos" emitidos, deverão ser definidos clara e rapidamente essas condições.

INSTRUMENTOS ECONÓMICO-FINANCEIROS DOS RECURSOS HÍDRICOS

Tema transversal ao planeamento dos recursos hídricos é o seu regime económico e financeiro. O pagamento da TRH, que pressupõe um serviço, senão deixa de ser uma taxa e passa a ser um imposto. Esta é uma questão de princípio, que tem sido exaustivamente reclamada pela FENAREG junto da Administração.

O retorno do pagamento da TRH está previsto através do FPRH – Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos. Acontece que a gestão deste Fundo, no que respeita ao sector agrícola não é efectiva, transparente, nem acessível ao potencial universo de beneficiários. O FPRH resulta da contribuição dos utilizadores através do pagamento da TRH, que se iniciou em 2008 mas o seu acesso está condicionado desde que entrou em vigor, a 1 de Janeiro de 2010.

Os utilizadores têm o direito a aceder ao FPRH e exige-se a contrapartida do pagamento das taxas, através da afectação de verbas do Fundo a projectos e investimentos que promovam a utilização racional e a protecção dos recursos hídricos. Várias foram as intenções apresentadas pelos nossos Associados, com projectos que chegaram a ser aprovados e que estão a ser implementados, mas até à data não houve lugar a qualquer pagamento.

Outro instrumento económico-financeiro de grande importância, são os contratos-programa, mas que também não têm tido aplicação prática nas organizações do sector. Estes contratos consistiriam num apoio financeiro a prestar pela Administração Central pela delegação de competências em investimentos e acções para melhorar a sustentabilidade da gestão da água, através de acordos com diversos tipos de entidades.

BACIA INTERNACIONAIS E CONVENÇÃO DE ALBUFEIRAS

Pela ausência nos documentos em análise e pelo facto identificado no âmbito da 55.ª reunião do CNA, de não haver situações de ameaça aos acordos da Convenção de Albufeira,

esclarecemos, nesse sentido, o caso do Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, sobre o qual se anexa a este contributo, documento específico da Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

Para o efeito referimos também o relatório de acompanhamento da seca de 2012, realizado pelo Ministério da Agricultura, que se encontra disponível em http://www.gpp.pt/seca2012/Relatorio_4_GTSeca2012.pdf, do qual se transcreve o seguinte texto:

“Foi abordada a necessidade de acompanhar a evolução da disponibilização de caudais por parte de Espanha no rio Tejo, de modo a ser possível a utilização de água doce na Lezíria de Vila Franca. Caso se mantenha o regime de exceção atual estabelecido na Convenção de Albufeira não será possível a captação no Conchoso por intrusão da cunha salina, sendo necessário fazer recurso de água doce a partir do rio Sorraia estabelecendo nesse rio um açude provisório e proceder, eventualmente, a descargas a partir da barragem do Maranhão, tal como em 2005.”

Esta situação põs em risco um numero significativo de culturas, num investimento de 36 milhões de euros, devido à seca e ao não cumprimento nacional ou internacional, do acordo sobre os caudais do Tejo. De lembrar que, contrariamente ao caudal instantâneo diário fixado para o Rio Guadiana, no Tejo os volumes definidos são semanais.

Anexos a este contributo:

- Documento com o contributo da Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira
- Documento da Associação de Beneficiários do Caia

13 de Maio de 2015

Comentários da Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira às Questões Significativas da gestão da água da Bacia Hidrográfica do Tejo.

Introdução

O Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (AHLGVFX) contempla uma área de 13 420 ha com uma área regada na ordem dos 10 000 ha dos quais 4 000 ha são em sistema de rega sob pressão e os restantes por rega por gravidade. O investimento dos agricultores nas culturas na Lezíria Grande de Vila Franca de Xira ronda sensivelmente os 40 milhões de euros anuais.

O AHLGVFX tem várias portas de adução nos rios Tejo, Sorraia e Risco embora o principal ponto de adução de água seja na tomada de água do Conchoso (39° 1.573'N 8° 52.481'W). Neste ponto é feita a captação de água na estação elevatória do Conchoso para 2 blocos de rega sob pressão bem como a adução de água por gravidade para o canal principal do aproveitamento. O canal principal é depois responsável pelo transporte de água para os agricultores abrangidos pela rede de rega por gravidade bem como para a estação elevatória do Ramalhão que disponibiliza água sob pressão para mais 2 blocos de rega. Assim, a adução de água com qualidade na tomada de água do Conchoso é essencial para o funcionamento do aproveitamento.

Nos últimos anos tem-se assistido a uma reconversão das culturas na Lezíria Grande de Vila Franca de Xira com um aumento da área de Arroz no Aproveitamento (atingia em 2014 cerca de 41% do total das culturas regadas). Para que existam condições ambientais favoráveis a este cereal é necessário criar e manter uma lâmina de água adequada, sendo necessários volumes de água cerca de 8 000 m³/ha superiores à dotação média para as outras culturas regadas. Assim, apesar da distribuição e rega serem cada vez mais eficientes podemos afirmar que globalmente as necessidades hídricas do aproveitamento são superiores do que há 10 anos atrás.

Duas particularidades importantes tornam o AHLGVFX completamente dependente de uma correcta gestão da bacia hidrográfica do Tejo e da cooperação com as autoridades Espanholas. A primeira é que se encontra ainda no limite de influência do estuário do Tejo estando portanto sujeita ao regime de marés limitam o número de horas disponíveis para adução de água por gravidade. A segunda deve-se ao facto de não possuir qualquer tipo de armazenamento estando sujeita portanto à água disponível nos rios Tejo e Sorraia.

QSigna 1 – Afluências de Espanha

A Convenção de Albufeira estabelece um caudal mínimo de 2 700 Hm³ anuais a ser garantido em Cedillo pelas autoridades Espanholas, sendo este valor na ordem de magnitude das menores contribuições anuais em regime natural. No entanto nos anos de excepção definidos segundo a Convenção as autoridades Espanholas não são obrigadas a cumprir o regime de caudais. É especialmente nestes anos que o normal funcionamento do AHLGVFX é posto em causa.

Na Questão Significativa 1 “Afluências de Espanha” já anteriormente contemplada no plano de gestão da bacia hidrográfica é referida a medida SUP_P447_AT2 que contempla um estudo para definição de regime de caudais ecológicos no rio Tejo, com o objectivo de aferir se o presente regime de caudais é adequado para permitir o bom estado. Na Proposta de Projecto de plano Hidrológico da bacia Hidrográfica do Tejo Espanhol, actualmente em estado de consulta pública, é demonstrado pelas autoridades espanholas que as afluências em Cedillo decresceram 26 % desde 1980 sendo ainda demonstrado que a diminuição da precipitação está directamente correlacionada com esta. Com um cenário futuro provavelmente com uma continuação nos decréscimos de precipitação é expectável que estas afluências venham ainda a decrescer estando portanto o AHLGVFX cada vez mais vulnerável.

Os eventos de excepção exemplificam perfeitamente esta vulnerabilidade. O último evento de excepção foi em 2012, sendo que a partir de finais de Julho e até meados de Agosto de 2012 a água do Tejo na tomada de água do Conchoso apresentou valores de salinidade de água impróprios para a rega devido à migração da cunha salina do estuário para montante devido ao diminuto caudal de água doce. Para não faltar com as suas obrigações e não se verificarem prejuízos nas culturas a Associação de Beneficiários de Vila Franca de Xira (ABLGVFX) foi obrigada a tomar medidas de mitigação de forma a conseguir fornecer água com níveis de salinidade adequados à rega.

- Uma vez que a adução para o canal principal é normalmente feita por diferença de cota na maré cheia foi necessário encontrar uma alternativa que permitisse a captação de água em maré vazia quando a salinidade é menor. Para tal foi necessário instalar 3 electrobombas na tomada de água que permitiram o bombeamento de água na maré vazia.

- Procedeu-se à construção de um açude de terra para fechar o rio Sorraia de forma a se conseguir aproveitar toda a água disponível no mesmo.

- Foi construído um açude amovível de válvulas de maré no rio do Risco de maneira a maximizar a adução de água doce pelas portas da Marqueira.

Tais medidas implicaram (e implicam) um investimento oneroso não só na sua instalação como na sua manutenção e funcionamento. Mesmo assim é possível admitir que não foram suficientes para colmatar todas as necessidades sendo que houve um decréscimo na qualidade da água neste período.

Assim a ABLGVFX tem especial interesse em ver correspondidas no Plano de Gestão de Rede Hidrográfica algumas preocupações quanto à gestão Nacional e Internacional da Bacia:

- Embora a qualidade da água esteja relacionada com a quantidade, o caudal necessário para manter a boa qualidade ecológica da água poderá não ser suficiente para o normal funcionamento das actividades que dependem do Tejo (nas quais se inclui o ABLGVFX). Torna-se necessário que seja estudado no âmbito do SUP_P447_AT2, ou no âmbito de outra medida a criar, se o regime de caudais actuais é suficiente não só para que existam águas com boa qualidade ecológica mas em quantidade suficiente para o normal de funcionamento das actividades agrícolas não só da ABLGVFX mas também das outras instituições que usufruem do Tejo. Esta medida é essencial uma vez que as próprias autoridades Espanholas referem na Proposta de Projecto de plano Hidrológico da bacia Hidrográfica do Tejo Espanhol que as aflúncias para Portugal tenderão a ser menores no futuro.

- É necessário um aumento da cooperação entre as entidades Portuguesas directamente envolvidas na gestão da bacia Hidrográfica e os utilizadores que usufruem dos recursos hídricos da bacia, especialmente em alturas de seca, para que exista um apoio efectivo da sua actividade.

- Mostra-se essencial a monitorização e disponibilização dos dados em tempo real de caudais ao longo da bacia hidrográfica aos utilizadores cuja actividade esteja dependente destes caudais (como é o caso da ABLGVFX) de forma a ser possível efectuar medidas de gestão preventivas e não apenas correctivas.

- É necessário criar e manter uma cooperação estreita com as autoridades Espanholas de forma a ser possível estabelecer uma previsão da libertação de caudais nas barragens de Cedillo e Alcantara.

QSig4 – Alteração das comunidades da fauna e flora e/ou redução da biodiversidade.

Nesta questão significativa é referida, entre outras coisas, importância do combate às espécies invasoras dos meios aquáticos. Na Lezíria Grande de Vila Franca de Xira é possível encontrar duas das espécies aquáticas infestantes referidas na questão significativa. São estas o jacinto-de-água (*Eichhornia crassipes*) e a erva-pinheirinha (*Myriophyllum verticillatum*). Destas o jacinto-de-água é a que causa mais preocupações, sendo que a ABLGVFX tem activamente procedido ao seu controle recorrendo à remoção física e ao controle químico.

No entanto por melhor que seja o controlo desta espécie a sua erradicação na Lezíria Grande é praticamente impossível devido à quantidade de material vegetativo que chega de montante do Rio Tejo e Sorraia.

A ABLGVFX acha portanto essencial que exista uma maior coordenação ao nível da monitorização da espécie e do seu controle de forma a reduzir o material vegetativo propagado ao longo da bacia

QSig14 – Inundações

Se em situação de Verão (e especialmente de seca) a falta de água doce disponível é um dos principais problemas, na situação de Inverno (e especialmente em anos com muita pluviosidade) o problema está no nível do rio. A Lezíria Grande encontra-se rodeada por um dique, que a protege das diferenças de nível dos rios que a limitam, uma vez que os terrenos da Lezíria se encontram abaixo do nível médio do mar. A drenagem é feita essencialmente por portas de água que funcionam por diferença de cota.

Em anos de pluviosidade e escoamento anormais pode dar-se a impossibilidade de drenagem adequada dos terrenos. E em condições de grandes caudais associados a ventos pode ainda existir o risco de galgamento do dique e consequente inundação da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

Tal como foi referido para a questão significativa 1 a ABLGVFX acha essencial a cooperação entre e com as entidades Portuguesas e a monitorização e disponibilização em tempo real dos caudais ao longo da bacia hidrográfica de forma a ser possível prever e corrigir em tempo útil potenciais situações de inundação na Lezíria Grande.

De: Associação de Beneficiarios do Caia <geral.abcaia@sapo.pt>

Data: 11 de Maio de 2015 17:27:50 WEST

Para: FENAREG Carina <secretariado@fenareg.pt>

Assunto: Re: PGRH - 2ª geração - Documentos em consulta pública até 17 de maio de 2015

Penso estar bem definidos os pontos quentes a "propor" juntando mais dois parágrafos.

Títulos de Utilização em Conflito

Reconhecendo o Plano "alteração das condições de títulos" emitidos Quadro 5.3, Q3 e Q19 deverão ser definidos clara e rapidamente essas condições.

Instrumentos Económico-Financeiros dos Recursos Hídricos

Prevendo-se reforço de fiscalização das actividades susceptíveis de afectar as massas de água, quem pagará os custos?

Com Cumprimentos

Aristides Chinita

Associação de Beneficiários do CaiaAv. do Dia de Portugal - 10 de Junho 2013, nº 53Apartado 577350-901 Elvas Telf. 268 637 440 Fax. 268 637 448email: geral.abcaia@sapo.pt